

O ORDENAMENTO TERRITORIAL CAPITALISTA E A ESPACIALIDADE BRASILEIRA ATUAL: UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE DA RELAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E BLOCO HISTÓRICO

THE CAPITALIST TERRITORIAL ARRANGEMENT AND THE CONTEMPORARY BRAZILIAN SPATIALITY: AN INTRODUCTION TO THE DEBATE CONCERNING THE RELATION BETWEEN SOCIOESPATIAL FORMATION AND HISTORICAL BLOCK

*William Rosa Alves*¹

RESUMO

Parte-se da hipótese de que, desde as mudanças parciais no modo de regulação da formação socioespacial brasileira (com a eleição de Collor de Mello para Presidente), forma-se um bloco histórico (no sentido gramsciano) que avançou para uma quase-hegemonia no Brasil. Considerando-se que as repercussões de tal processo na dimensão espacial-territorial ainda não têm sido analisadas e refletidas o suficiente pela Geografia Brasileira ao nível do entendimento, pretende-se demonstrar, por ocasião da governança conseguida por Luís Inácio Lula da Silva, as permanências e mudanças recentes na espacialidade brasileira.

Palavras-chave: Brasil: espacialidades; Brasil: formação socioespacial; Brasil: hegemonia; Brasil: movimentos sociais.

¹ Professor de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Estudante de doutorado em Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF; Coordenador de Assuntos Urbanos e Meio Ambiente da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local de Belo Horizonte - AGB-SLBH.

ABSTRACT

This paper starts from the hypothesis that, since some partial changes occurred in the way of regulation of the Brazilian sociospatial formation (with the election of Collor de Mello for President), a historical block was formed (in the gramscian sense), which attained a quasi hegemony in Brazil. Considering that the repercussions of such process in the spatial-territorial dimension havent yet been sufficiently analysed and reflected upon by Brazilian Geography, at the level of its understanding, this paper intends to show, in the occasion of the govern of Luís Inácio Lula da Silva, what remained the same and what was recently changed in Brazilian spatiality.

Keywords: Brazil: spatialities; Brazil: sociospatial formation; Brazil: hegemony; Brazil: social movements.

Ao Thiers e à Ruth, geógrafos em formação sublimada em 2006

*"O que é o que é?
São sete mortos esticados
E cinco vivos passando
Os vivos estão calados
E os mortos estão cantando..."*

(Adivinha cantada em moda de viola no interior de Minas Gerais desde as calendas do século XX)

PRÓLOGO E INTRODUÇÃO

A título de provocação, relato mui brevemente um episódio que nos chama a pensar sobre o que se vive como geógrafas(os) e professora(e)s de Geografia: uma amiga professora, enquanto gestante, instintivamente rumava às geladeiras em busca de algo que nunca descobriu por si própria. Olhava o aparelho com a porta

aberta por vários minutos e, com a consciência de tal perplexidade, irritava-se e chorava. Foi assim até que uma amiga comentou que, quando grávida, chupava gelo compulsivamente. Foi o suficiente para a professora acorrer com frequência aos refrigeradores para "descontar o tempo perdido" sem o seu "delicioso" gelo. Superou assim alguns dos vários períodos de depressão emocional.

A provocação acima nos serve para iniciar ou continuar a pensar sobre os desencontros entre a Geografia e as contradições entre a potência do mundo contemporâneo - fase que chamamos de "urbanização crítica"² - e a mundialização da miséria como relação socioespacial³ fundamental e extensiva. Diante de um objeto moderno - a geladeira -, alguém de nós - chamadas/os pela "Geografia Crítica" a contribuir para a compreensão da realidade por meio da categoria espaço - já não percebe - e assim muito menos pensa e entende - sua própria amplitude humana por meio do sensorio. É uma evidência da ausência do sensível - no sentido dinâmico e projetivo, utópico, enfim. Propomos à Geografia uma análise das lacunas e opacidades que impedem um conhecimento

² Expressão construída por Henri Lefebvre (1999, em esp. cap. 1) para exprimir a idéia de que quanto mais esta sociedade produzir - coisas - mais ela segregará as possibilidades de apropriação. Amélia Luisa Damiani (2000, em esp. p. 28) explica-a como "pura negatividade: o trabalho como miséria absoluta".

³ Na Geografia Brasileira, até onde chegamos, mais contribuíram para a elaboração da idéia de formação socioespacial Milton Santos (1977), Arioaldo Umbelino de Oliveira (1988) e Ruy Moreira (1994); esses tensionaram o binômio Tempo x Espaço nos termos positivista kantiano e buscaram desenvolver referentes teórico-conceituais mais íntegros a fim de corresponder à inteireza e sincronidade do mundo contemporâneo. Quanto ao primeiro geógrafo, entre os muitos comentários encontra-se no exame de Anselmo Alfredo (2005) uma análise mais próxima da idéia de movimento - íntegro nalgum sentido, embora não o realize em absoluto, e não somente como soma dos fluxos mostrados pelas digressões parciais. A concretização de abstração da formação socioespacial é, grosso modo, a espacialidade, temporal, histórica, correspondente aos conteúdos presentes somados aos virtuais da formação social, ou seja, um projeto que nega o presente - não para eliminá-lo, mas selecionar dele elementos que reafirmem tática e estrategicamente um projeto, mesmo que não-esclarecido (Milton Santos, 1978).

efetivo do(s) movimento(s) que nos atingem, impelem e aprisionam rumo a uma unidimensionalidade alienada e alienante como produtores de saberes e fazeres a fim de superação dos limites por ora apresentados.

Do debate da Geografia na formação socioespacial francesa que viu e sentiu as "barricadas do desejo" no maio de 1968, até os dias de hoje considera-se como contribuição fundamental a discussão teórica da **totalidade** como categoria a ser explorada e desvendada em prol da compreensão do "mundo moderno". Quanto aos desdobramentos de tal episódio, Ruy Moreira (1992) relata o período de 1978 a 1988 como o de maior transformação - chamada desde então de "renovação" - da Geografia Brasileira (a irrupção dos presentes ao 3º Encontro Nacional de Geógrafos em Fortaleza), e indica as fases e os seus respectivos elementos temáticos que questionaram efusivamente o compromisso da institucionalidade da Geografia por aqui praticada. Seleccionamos entre as idéias de tal artigo a perspectiva de desenvolvimento de conceitos que propiciassem diálogos e práticas que relacionassem, como **espacialidade** e **territorialidade**, a formação socioespacial brasileira com a formação mundial(izada). O autor já empunhava a necessária consideração da escala a partir dos escritos de Yves Lacoste e do espaço como Henri Lefebvre e Milton Santos - cada qual à sua maneira - analisavam, e sua gana por uma "teoria transparente" permanece como requisito a uma possibilidade de intervenção, por meio de uma - agora - Geografia Brasileira, a fim de emancipação sem constrangimentos de qualquer ordem.

Naquele momento, parte das elaborações da Geografia por aqui desenvolvida contrapunha-se às representações da formação socioespacial da integração passiva à ordem mundial mercantil por meio do crescimento econômico sem a contrapartida do "desenvolvimento social" - como alertava desde a crise do imperialismo capitalista - revelada com a Segunda Guerra Mundial - uma intelectualidade significada com Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Florestan Fernandes e tantas e tantos com gana de brasilidade autônoma, soberana e emancipatória. Comparando-se com a plêiade que se apresenta atualmente como "Geografia Brasileira", a primeira impressão

é que há um crescimento e diversificação notáveis da disciplina, tanto em termos das temáticas assumidamente "internas", como as interfaces - ditas multi, inter e transdisciplinares - nos envolvimento com os demais campos disciplinares científicos institucionalizados, iniciativas e projetos dos chamados "movimentos sociais"⁴ e mesmo a coalizão de governança autodita "democrático-popular" que se apresenta nas várias esferas da atuação do Estado no sentido estrito - as instituições oficiais - e amplo - a sociedade civil organizada⁵. Este texto

⁴ Considera-se que aí cabem movimentos que na sua origem empunharam perspectiva distinta do sentido geral de docilidade frente às contradições geradas pelo próprio desenvolvimento do capital na formação socioespacial brasileira, mesmo que de forma relativa em razão de suas particularidades - como os populares, os sindicais de trabalhadores, os de "minorias" etc. A expressão, a nosso ver, carece ainda hoje de densidade conceitual, pois que o adjetivo "social" a qualquer movimento em geral pressupõe uma perspectiva teleológica ampla e profunda de transformação social, que quase sempre não se encontra na própria fala dos protagonistas. Assim, acompanhamos a vertente teórica de Eder Sader ([1988] 1995), que se não antecipa conteúdo às práticas dos agentes investigados e as exacerba em nome de uma história heróica, não as reduz às contingências de sua fundação. A partir da idéia de "configurações sociais", o autor reconhece em seus fazeres um "sentido novo" reconhecido pelos próprios em razão das pequenas mas valiosas conquistas num cotidiano amesquinçado por uma urbanização-metropolização voltados para a apropriação privada dos meios de vida. Foi concreta a articulação das lutas, a confluência das reivindicações e a integração das formas e conteúdos de cidade e urbano - por vezes imaginada até como país e nação - que, aí sim, os consistiram como movimentos sociais.

⁵ "Tanto em Marx como em Gramsci a sociedade civil - e não mais o Estado, como em Hegel - representa o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico... [e em Marx] esse momento ativo é estrutural, enquanto em Gramsci é superestrutura" (Norberto Bobbio, *O conceito de sociedade civil*, Trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 33, citado em Marco Aurélio Nogueira, 2000/2001, nota 5, p. 121). Mas o próprio Nogueira alerta para uma relação dialética em que a formação da sociedade civil pode tanto contribuir para a organização do povo a fim de protegê-lo da negação de sua superação como explorado-dominado, como favorece a pretensão de uma classe em converter-se no próprio Estado (p. 121). Miguel Abensour (1998) avança quando acompanha o alerta marxiano para o risco de a sociedade civil aproximar-se da anatomia da ação civilizatória da burguesia, que institui a simbiose entre Estado e mercado e, no limite, um totalitarismo com fachada de "democracia", a "democracia burguesa".

pretende indicar alguns eixos de reflexão sobre os fundamentos da espacialidade-territorialidade que no Brasil desafiam a perspectiva de contribuição ao entendimento do(s) sentido(s) da reprodução social - e socioespacial - por ora mais próxima da hegemonia, a reiterar a permanente separação entre a potência de produzir objetos-mercadorias e as possibilidades de apropriação e produção de humanidade. Mais precisamente, prioriza a reflexão sobre o ordenamento territorial a que estamos submetidos na espacialidade contemporânea brasileira, considerando a hipótese de que um campo de mobilização oriundo e insistente das lutas por uma territorialidade livre, ruma para a colaboração com a aceleração, reverberando assim uma perspectiva redentora da classe-que-vive-da-venda-do-próprio-trabalho⁶ por meios das formas e do sentido próprio da modernização capitalista: o crescimento - cada vez mais centrado na circulação - do próprio capital, como se somente através de uma distribuição das estreitas formas vigentes da riqueza se possa ampliar as possibilidades de humanidade entre nós. Trata-se da constituição e instituição contemporânea de

⁶ A partir e com Ricardo Antunes (2000, p. 101 e ss.), propõe-se o conceito de "classe-que-vive-da-venda-do-próprio-trabalho", pois que a totalização e hipostasia do trabalho no contexto da mundialização do capital implica em expansão e heterogeneização das subsunções formal e real à totalidade da superfície do planeta e todos os momentos e tempos da vida dos seres humanos, fato que até aprofunda, através da mercantilização das dimensões da vida - nunca absolutamente - o domínio do trabalho-do-outro por parcela restrita da humanidade - a classe proprietária. O autor indica que a expressão é mais abrangente que a "classe trabalhadora" (de Karl Marx) e assim tenta atualizá-la. A nosso ver é deveras mais consistente para o período atual da modernização crítica, não só porque contempla as formas que não se apresentam como *trabalho manual direto, operário fabril ou agrícola*, mas por que se afirma numa locução verbal ("que-vive-da-venda-...") e não de em uma adjetivação ("trabalhadora"), que no chamado "mundo ocidental", se instituiu como senso comum moral, de "trabalhador(a) assíduo e honesto".

um **bloco histórico**⁷, algo inédito na formação socioespacial brasileira e que requer, por parte da Geografia, atenção que pode contribuir para o entendimento do sentido - significado e tendências com potências e limites - que a espacialidade brasileira atual assume ou pode assumir nas querências de uma efetiva transformação social.

EXPRESSÕES ATUAIS E FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA

A formação socioespacial brasileira vive o aprofundamento gradativo - cuja exposição midiática é extremamente seletiva - das contradições que constituem o momento em que a produção de mercadorias amplia-se sem aparentemente comprometer suas condições de permanência ou crescimento. Ao mesmo tempo em que o crescimento dos volumes e valores monetários da produção e da reprodução do dinheiro aparecem, respectivamente, como recordes das exportações sem diminuição do consumo pelo mercado interno, e como crescimento significativo da rentabilidade das maiores instituições financeiras - em especial os bancos de varejo -, é notória a precarização

⁷ A expressão é elaborada de forma mais conceitual por Gramsci ([1955] 1981, p. 31-63), que ao discutir os traços mais permanentes da Filosofia e da História presentes no debate do campo do Materialismo Histórico-Dialético, infere seu descolamento com o mundo real e assim tornarem-se justificação da exploração-dominação. Na perspectiva de construir um conhecimento popular - e suas ações genuínas correspondentes - rumo à superação do senso comum pragmático, Gramsci explora questões particulares transversais - religião, individualismo, ciência etc. - para encontrar, via concretude das contradições vigentes nas formações econômico-sociais debatidas pelos "filósofos materialistas", um fundamento real que dá coerência - ordem e eficácia - ao modo de produção capitalista: o bloco histórico. Assim, a expressão significa uma integridade e dialética entre a "infra-estrutura" e a "super-estrutura" a ponto da "inversão da práxis" (p.52), o que para nós pode significar uma chave para reflexão sobre as contradições teoria-práxis do campo "democrático-popular" expressas mais amplamente no governo Lula.

das condições de trabalho e intertrabalho⁸ para a maioria de quem vive por aqui como semiproprietário ou não-proprietário do além de si mesmo - sua força de trabalho. Se pululam falas da instabilidade e fraqueza do crescimento econômico medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), por outro lado observamos que não se interrompeu um modelo de reprodução social que acirra a desigualdade em quaisquer termos que se considere⁹. Os debates atuais quanto às orientações do governo de Luis Inácio Lula da

⁸ Acompanhando Ricardo Antunes (2000), o intertrabalho é a articulação entre o trabalho concreto (produtor dos objetos de valor de uso) e o trabalho abstrato (produtor dos objetos de valor de troca, as mercadorias). Se há como distingui-los, tampouco há como separá-los, pois como atividade propriamente humana o trabalho traz ao mundo conteúdo que interfere na vida humana. Com a modernização, cada vez mais as atividades repercutem-se tendentes a um sistema, a totalidade, que não se completa nunca. A apropriação do trabalho - sentido genérico - é também cada vez mais complexa, porque suas formas se multiplicam e assim geram e desenvolvem níveis cuja realização mercantil varia, mas sempre com algum grau de composição pró-capital: a mesma atividade pode, no decorrer de um período, assumir uma forma tipicamente capitalista e em outro momento não. Um exemplo singular é a sazonalidade do trabalho agrícola de semicamponeses, que podem ser requisitados por empresas da agroindústria a qualquer momento do ano, dependendo da demanda do mercado capitalista de gêneros agrícolas. Assim, em alguns anos na mesma estação climática ocorre evasão relativa de homens jovens trabalhando, pois como mais produtivos e rentáveis, e assim considerados mais competitivos no trabalho abstrato, deixam as lavouras rústicas das suas propriedades familiares para as mulheres, as/os sexagenárias/os e até as crianças e adolescentes.

⁹ A partir da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pesquisadoras/es confluem para a revelação de um ciclo de acirramento da desigualdade socioeconômica no Brasil até 2002, seguido de algum arrefecimento desde 2003. Porém, a forma predominante de tal reversão relativa não tem sido o emprego formal, mas os programas governamentais como o Bolsa-Família, o que é visto por quase todas/os as/os analistas como forma insuficiente para uma reversão da concentração das riquezas nas suas diversas formas de efetiva apropriação. (Cf. "Pobres se distanciam de ricos e dependem mais do governo", *Folha de São Paulo*. Brasil. São Paulo, 25 de dezembro de 2005).

Silva (desde 2003 e com a possibilidade de reeleição neste 2006) pouco colocam em questão mais do que o próprio sentido capitalista de uma via brasileira: mesmo os "desenvolvimentistas", entre os quais alguns arautos de uma "soberania nacional" não trazem à baila as contradições permanentes de tal formação. Assim - e sobretudo na *mass media*, a "grande imprensa" - são apresentados de um lado ou de outro quaisquer indicadores que revelem "teses" quanto ao desempenho e projeto econômico-social. Em tal contexto, é relevante "Geografizar" o que está oculto no debate: a dimensão espacial do sentido que tem reiterado os fundamentos dessa modernização, que a nosso ver instituiu a "cidadania competitiva".

Por isto que a referência conceitual da formação socioespacial e da espacialidade é a que nos embasa a fim de uma chegada a uma problematização atual da Geografia Brasileira, pois que se constituem em expressões contínuas do(s) movimento(s) do mundo; são unidade na diversidade e unidade da diversidade; constituem particularidade(s) e não singularidade versus absoluto em separado, pois que são mediação(ões) entre o singular - quase sempre apresentado pela Geografia como "local" - e o total - "global" ou "mundial", a depender do fenômeno objetivado. A formação socioespacial e a espacialidade não são transparentes quanto ao movimento, pois que sendo este complexo e contraditório, sua representação jamais é instantânea. Daí se observar o tempo como mediação do próprio espaço, constituindo enfim a formação socioespacial - sentido geral - e espacialidade - momentos e fases não-etapistas, pois o processo não é linear.

No caso do Brasil, a sucessão das espacialidades foi imposta como território colonial virtualmente desde antes do dito "descobrimento" - pois que o arranjo da propriedade conseguido pela Monarquia Portuguesa em seu expansionismo preemptivo (preventivo) evitou uma disputa antagônica entre burguesia mercantil nascente e proprietários fundiários, destrutiva da formação nacional como vivido na França, Inglaterra, Itália,

Estados Unidos da América e outros exemplos de revolução burguesa (Luiz Felipe de Alencastro, 1998, p. 7). Daquela formação da propriedade dos meios de produção e suas decorrentes formas da apropriação dos meios de vida - entre eles a terra no sentido territorial -, não se alterou a formação de prevalência do trabalho manual por meio da escravidão e de uma industrialização que aprisionou, ideológica e praticamente, o trabalho à propriedade no nível do território: Colônia e "Período Independente" - Império e "Repúblicas" - mantiveram o domínio da propriedade no nível do constrangimento das formas modernas de socialização, até das relações tipicamente capitalistas que mantém o mando sobre o outro - considerado humano só nos discursos da figuração formal "republicana" e não no centro e/ou conjunto das práticas sociais (José de Souza Martins, 2000).

Para as pretensões deste texto, consideraremos a partir mais estritamente a espacialidade da mudança parcial do modo de regulação da sociedade brasileira para o modelo comumente chamado de "neoliberal"¹⁰, período inaugurado pelo governo Collor de Mello-Itamar Franco (1990-1993) como presidentes do Brasil - o primeiro renunciou em razão da sua própria consciência quanto ao forte risco de impedimento constitucional. Antes de tal recorte se restringir a um evento de Estado-Nação, advém de uma aceção em que a idéia de "regulação" não se restringe à administração econômico-política das atividades em uma parcela da sociedade, ao gosto da "Escola Regulacionista" francesa. Acompanhamos, então, Francisco de Oliveira (1998) quando afirma que "Em 1989, todo o arcabouço da 'revolução

¹⁰ Marilena Chauí (1999) apresenta um histórico do imaginário chamado de "neoliberalismo" e Perry Anderson (1995) discute seus efeitos nas espacialidades continentais e no mundo com um todo, com descompassos e riscos de totalização de uma imagem de mundo que se realiza porque se legitima como a única possibilidade; trata-se de mais uma ideologia no nível da mimesis - uma mediação condutora -, que corrói as práxis intencionadas na poiésis, uma relação livre entre seres humanos e natureza (Lefebvre, ([1965] 1967).

passiva' e das contradições não resolvidas quase foi abaixo: um devastador terremoto... aparecia na expressão dos 45% de votos conquistados por Luís Inácio Lula da Silva na eleição de 89... Aprendida a lição [pelos classes dominantes], o amálgama de interesses divergentes no bloco dominante e a fusão entre economia e política, voltou a funcionar com a eleição de Fernando Henrique Cardoso [1994]... A situação sugere, pois, hegemonia." Porém, para além da constatação de continuidade, o autor chama a atenção para o "desmantelamento do campo de significados" no Brasil, em que o "neoliberalismo", por meio da destruição dos direitos, agora contabilizados como "custo Brasil", nega a presença minimamente subjetiva, participante das classes subalternas, e assim realiza o "apartheid total" (p. 200 e ss., grifos do autor, apontamentos meus).

Consideramos, portanto, que dois fluxos se polarizaram desde as impossibilidades do pacto político estatista-desenvolvimentista desde o advento da república - o Golpe que instituiu a Ditadura de Execução Policial-Militar de 1964: 1) à direita, as organizações mercantis insistiram na "aliança do atraso", em que os proprietários fundiários chamados de "fazendeiros" alcançaram legitimidade e cumplicidade com as classes médias urbanas¹¹ a ponto de evitar a distribuição da propriedade da terra por meio da Reforma Agrária (José de Souza Martins, 1994); 2) à esquerda, parte significativa da "oposição" as organizações de inspiração política variada - desde as "comunitaristas cristãs" até as reverberantes de versões do materialismo histórico-dialético (chamadas comumente de "marxistas"), todas as críticas do capitalismo em razão da

¹¹ Compõe-se majoritariamente dos funcionários públicos civis e militares, comerciantes, profissionais liberais etc., uma acepção mais enquanto mediação sociopolítica que estritamente socioeconômica, medida pelos chamados "rendimentos monetários": trata-se de capacidade de fazer valer seus interesses na intervenção do Estado federativo brasileiro. Como agentes da dimensão sociopolítica.

individualização prevalecente nas relações sociais - reivindicavam desde os meios institucionais uma cotidianidade identificada com a democracia¹², o que implicava na mudança nas normas de decisão a partir do Estado, portanto, com eleições dos representantes legislativos e agentes decisórios mores do Poder Executivo.

Se a unidade político-eleitoral se manteve enquanto tal confluência não alcançou a Presidência da República, a partir de 2003, o desempenho efetivo e a captura ideológica do desenvolvimentismo para os axiomas da doutrina "crescimento econômico" de uma coalizão liderada por Luís Inácio Lula da Silva eleito para o maior posto de comando formal do país, implicou na aparição de falas descontentes e até desqualificadoras, mesmo dos agentes reconhecidos como "esquerda". A fim de iniciar uma reflexão mais ampla sobre a dimensão mais ampla do ordenamento territorial na determinação - não-determininista - da vida de quem por aqui habita, selecionamos as posições mais contundentes sobre a espacialidade brasileira por ora existente, considerando dois momentos: o das expectativas quanto às mudanças preconizadas pela coalizão eleitoral identificada à "esquerda" - as candidaturas de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República - e colaboradores acadêmicos da Geografia Brasileira, antes das eleições de 2002; e o segundo momento com a perspectiva mais nítida da eleição de Lula e assim desde a "Carta aos brasileiros" até alguns resultados vistos na dinâmica da formação socioespacial em estudo.

¹² A democracia, como mo(vi)mento, é o desaparecimento do Estado, não no sentido da sua substituição por uma aristocracia, mas rumo a um êxtase de contínua (re)criação das possibilidades da vida, pois que as condições produzidas pelos seres humanos podem ser apropriadas por quaisquer seres humanos, sem hierarquias, sem seletividade, sem competição (Miguel Abensour, [1997] 1998, p. 20 e ss.). Significa liberdade (ibid., p. 71 e ss.).

ALGUNS ELEMENTOS DO DEBATE OCULTO SOBRE A ESPACIALIDADE BRASILEIRA ATUAL

Dentre as diversas posições que consideram a espacialidade brasileira - mesmo que esta apresentada em outros termos -, iniciamos pela coordenada por César Benjamin et al. (1998), que envolve várias autoras/es significativos nas análises, proposições e mesmo em atuação concreta na história das posições à esquerda entre nós¹³. A principal característica da espacialidade brasileira desde 1990 é a fragmentação, iniciada desde a fundação da colônia, mas recrudescida com a transnacionalização da indústria maquinofatureira com sede nos países "centrais" do mundo capitalista: Estados Unidos da América ou nos países da Europa Ocidental. Tal "configuração espacial" carece de "reatualização da questão agrária" e da "imperfeita constelação de cidades", e assim padece da "concentração de renda e riqueza" e do "envelhecimento da estrutura". Os autores identificam alguma potência de crescimento econômico a contribuir para a superação da problemática da "exclusão" - dita, em genérico na Introdução do livro, como o maior problema nacional, porque contagiante de todo o país. Coerentes com uma visão periodizada em que sempre o cume das ações da sociedade resultou na negação de um "povo de cidadãos", os

¹³ Além do próprio coordenador, figuram entre os autores do livro Ari José Alberti, Emir Sader, João Pedro Stédile, José Albino, Lúcia Camini, Luis Bassegio, Luís Eduardo Greenhalgh, Plínio de Arruda Sampaio, Reinaldo Gonçalves, Tânia Bacelar de Araújo. Alguns/mas desses/as foram parlamentares estaduais e federais e depois - o livro foi escrito no calor da campanha eleitoral de 1998 que legou a Fernando Henrique Cardoso um segundo consecutivo mandato presidencial - até ocuparam cargos em equipes de trabalhos de programa de governo Lula ou foram consultores ou próceres de agências de desenvolvimento regional ou ministérios do mesmo. Na Apresentação do livro há referência à origem do livro em encontros preparatórios estaduais e uma reunião nacional da "Consulta Popular" - movimento criado em 1997 e que existe até os dias de hoje.

autores cobram um Estado “que expresse uma ordenação jurídico-política legítima e eficaz”. A sempre possível vantagem do enorme território unificado foi prejudicada pela “difícil e tardia construção da identidade nacional”, o que nos legou enfim uma unidade somente formal e a “ausência de um projeto popular para o Brasil”. Naquele “momento crítico” (1998), ainda assim os autores diziam das vantagens - em especial a “população jovem, com presença marcante de pessoas habituadas à produção moderna... vasto espaço geográfico, recheado de recursos... centros internos geradores de dinamismo...”, enfim, “A estrutura econômica que emergiu das transformações operadas no ciclo longo de 1930-80 permite... a abertura de caminhos novos... não se trata de retornar à trajetória anterior, nem de, no outro extremo, negá-la - mas sim de desdobrá-la, de acordo com novas condições locais e internacionais”. A continuidade da crítica às elites chega a uma síntese sobre a espacialidade requerida para a “opção brasileira” proposta: *“só retomaremos um crescimento acelerado se adotarmos uma estratégia que seja homogeneizadora dos níveis de produtividade e de renda presentes em nossa sociedade”* [grifos dos autores]. A partir de tal corolário, o livro chega até a algumas considerações econômicas de talhe setorial, o que revela sua limitação na perspectiva de um entendimento da relação entre a espacialidade e a formação socioespacial como um todo, uma vez que as considerações sobre os fundamentos políticos para uma sociedade autônoma, uma nação soberana e uma realização socialista - nos termos apresentados no livro - não vislumbraram claramente a amplitude e a profundidade do ordenamento territorial contínuo.

Uma segunda posição, vista a partir de Milton Santos & Maria Laura Silveira (2001), pode até ser vista como em parte contínua à vista acima - até porque os autores agradecem ao geógrafo agora em foco -, se considerarmos a dimensão técnica do trabalho como central do sentido da formação socioespacial. Mais preciso do que o anterior em termos teórico-metodológicos - já inicia assumindo um “caminho de método” para discorrer sobre um objeto tão amplo como o Brasil - os autores se centram na “constituição do território, a partir dos seus

usos, do seu movimento conjunto e do de suas partes, reconhecendo as respectivas peculiaridades”; desdobram o “esforço central de operacionalizar geograficamente a idéia de sistemas técnicos, entendidos como objetos e também como formas de fazer e de regular”, a fim de encontrar os sentidos da sociedade a cada momento, em suma, para elaborar uma teoria do Brasil a partir do território - utilizando-se da categoria formação socioespacial. A espacialidade começa a aparecer na idéia de uso do território, definido desde a “implantação da infra-estrutura... [os] sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade”. Nesse nível do discurso, os elementos indicados para a espacialidade - como conceito - são apresentados como didaticamente separados, mas a idéia de “novo meio geográfico” aparece logo em seguida para observar o fenômeno da “fluidez do território, hoje balizada por um processo de aceleração”. Tal assertiva nos é importante para considerarmos a espacialidade atual - pós-1990, correspondente ao período comumente chamado de “neoliberal” - constitui não somente um suporte, mas um veículo das possibilidades de transformação do sentido da formação socioespacial como um todo - o que não iguala suas partes entre si e forma uma homogeneidade como desejado na obra anteriormente analisada. Provoca à reflexão também quando afirma que “cada momento da história tende a produzir sua ordem espacial” - considerando o espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” e procura sintetizá-los para compor uma síntese que observe a dinâmica da formação socioespacial: ao dizer do “uso competitivo do território” e da “guerra global entre lugares”, os autores demonstram algo das contradições do espaço¹⁴, como a “circulação

¹⁴ A expressão foi cunhada e desenvolvida por Henri Lefebvre ([1972], inéd.), ao discutir exemplos em que a própria rentabilidade das atividades capitalistas decaem conforme o desenvolvimento da complexidade do espaço como totalidade; o que serve para demonstrar que o capitalismo não é um sistema, pois que não se realiza segundo um plano, uma lógica, mas no desenvolver de estratégias em escalas virtuais e materiais crescentes, até a mundialização do próprio capital.

desnecessária”, a “instabilidade do território”, as “especializações alienígenas alienadas”; chegam até “às desarticulações resultantes” e às “desvalorizações e revalorizações do território”. Neste ponto, é interessante considerar o território como “uno”, pois que o “seu movimento é solidário” a algum nível de capital e por isso mesmo “menos valioso para os homens”. Tal elaboração parece coincidir território com a noção “espacialidade” conforme indicamos anteriormente, além de poder significar a polaridade entre as “práticas do neoliberalismo, com sua seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e serviços, levados pela competitividade... [sua] solidariedade organizacional”, e as práticas de “solidariedade orgânica... [que] resulta de uma interdependência entre ações e atores que emana de sua existência no lugar”.

Se por um lado, na obra em foco, Santos & Silveira já achegam a uma análise da dinâmica concentradora e até podem revelar elementos da dimensão social da divisão do trabalho - mais complexa, embora não mais importante que a dimensão técnica -, os interesses concretos na reprodução do espaço na formação socioespacial brasileira são mais explicitados por Milton Santos (2000, p. 134 e ss.) ao considerar a “metamorfose das classes médias”. Se essas se expandem quase ininterruptamente desde as intervenções estatistas mais contundentes - com o “Estado Novo” de Getúlio Vargas (1937-1945), os “50 anos em 5” de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o “JK” (1955-1960) e o “milagre econômico” do “regime militar” (1968-1973) -, vivem uma crise de base econômica que se generaliza para a própria identidade nacional (im)posta sempre pelas elites. O “ocaso do projeto nacional” implicou em limites para a “nação ativa” - as frações reconhecidas pelo senso comum como produtivas e não classificadas como estorvo ao crescimento econômico - e a “dissolução das ideologias e utopias” deixou a formação socioespacial brasileira à mercê da “aceleração” da história -

numa concepção cronológica do tempo -, mas a própria contradição de ter formado uma massa urbano-industrial - não estritamente fabril - no contexto de uma "involução metropolitana"¹⁵ implicou em recusa dos pobres quanto à tendência de apartação quanto aos benefícios mínimos do seu próprio trabalho. Conformou-se assim uma espacialidade em que praticamente todos - classes médias e pobres - são "deficientes cívicos" (Milton Santos, 1999), mas para o autor os "pobres", até por sua "integração orgânica com o território" (Milton Santos, 2000; Milton Santos, Odette Seabra, Mônica Carvalho & José Leite, 2000), são sujeitos em potência que já constituem uma base que, se quase invisível por agora - e a Geografia, cobra o mesmo, deve não só conferir visibilidade ao que quase não aparece, mas cumpliciar-se com formas já existentes, visíveis portanto -, força o todo à ruptura - contra o totalitarismo da globalização, o globalitarismo.

Pelo exposto, encontramos algumas condições teóricas para introduzir o debate sobre o momento atual - lembramos a hipótese central deste trabalho -, em que a "esperança" - anseios legítimos porque relativos à própria sobrevivência, nos níveis individual, familiar e territorial mais estrito - da maioria do povo brasileiro conseguiu que sua representação político-eleitoral mais direta, o ícone do "campo democrático-popular", alçasse, para o período 2003-2006, à Presidência da República e o Governo Federal. O brilho de tal feito pode ter diluído o debate - mais convicto para as posições à esquerda em tempos de oposição política do que situação eleitoral - sobre o próprio projeto de nação, uma vez que a aparente centralidade do governo mais reforçou a imagem fetichista do Estado como provedor-mor da formação social do que esclareceu o desafio de diminuí-lo frente a uma poíesis - e não à mimésis da mercadoria.

¹⁵ A expressão tem origens em estudos - sistematizados em Milton Santos (1994) - que revelaram índices de crescimento regional e nacional maiores nos interiores e nas cidades pequenas e de porte médio do que nas metrópoles.

O TENSIONAMENTO DA ESPACIALIDADE BRASILEIRA ATUAL: QUASE-HEGEMONIA?

Chegando à principal questão suscitada na hipótese deste texto - a formação quase-hegemônica de um bloco histórico que congrega bases do projeto da "utopia democrática" confluentes com a vertente tecnoburocrática da "sociedade política" brasileira -, há que se refletir sobre algumas contribuições clássicas do Materialismo Histórico Dialético, considerando-o o terreno e o meio de superação da dicotomia kantiana Tempo x Espaço e assim entender como a formação socioespacial "se movimenta": qual a (in)suficiência da espacialidade perante a disputa das correntes político-eleitorais - que rumam para constituir e instituir-se como blocos históricos no Brasil pós-1990 - pela hegemonia inédita no país?

Com tais achegas conceituais - ver nota 6 -, podemos entender a "Carta ao Povo Brasileiro", documento da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva em 22 de junho de 2002. Anuncia-se que "o sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se", o que revela a ausência de uma hegemonia política como problema geral do país. Daí a candidatura presidencial em foco conclamou uma "vasta coalizão" e uma "ampla negociação nacional" centradas na objetividade de um "crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social", para o que deve concorrer uma espacialidade com rigidez interna em termos da gestão da atividade econômica - chamada no texto de "equilíbrio fiscal" e superadora da "vulnerabilidade externa". Sugere ainda que já se encontravam ali - ao menos potencialmente - as condições para uma competitividade que resgatasse o papel soberano do povo brasileiro. É coerente o apelo ideológico-moral a concluir tal manifesto, chamando "todos que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis".

Desde então, vê-se um aparente paradoxo no desenvolvimento da formação socioespacial brasileira: se os impactos da desconfiança quanto ao governo Lula foram intensos e freqüentes nas *mass media* - chegando ao ponto de pedido do impedimento presidencial constitucional -, o desempenho da economia - medido quase exclusivamente pelo crescimento do PIB - não teve significativa alteração, o que demonstra em princípio a heteronomia da espacialidade brasileira considerando os elementos sociopolíticos constituintes - sociedade política e sociedade civil. Para os propósitos deste debate, considera-se que ainda vige entre nós, a contraponto da história da coalizão que se insinuou "democrático-popular" - desde a "Frente Brasil Popular" com Lula candidato a Presidente da República nas eleições gerais diretas de 1989, primeiras desde 1960 -, inferimos a instituição da espacialidade do "totalitarismo neoliberal" (Chico de Oliveira, 1999). Assim, nos dias de hoje, os resultados econômicos não são de se estranhar quando se investigam como os fundamentos da espacialidade participam da fase atual da formação socioespacial brasileira; se é consenso a continuidade da insuficiência do Governo Federal na expansão, atualização e/ou sofisticação da "infra-estrutura" - a base de espacialidade para as atividades produtivas -, os exemplos mais contundentes são aqueles referidos à apropriação do nível concreto da dimensão espacial, as territorialidades com seus domínios mais "puros", privados, ou mediadores, ou os mais complexos e participativos dos diversos "públicos" constituintes da formação social. A classificação básica - sem o arrogo de estabelecer mais uma tipologia - é, por enquanto, crivada entre campo e cidade.¹⁶

A conseqüência lógica do paradoxo entre o crescimento das exportações de gêneros agrícolas *in natura* ou usinados e a

¹⁶ Acompanhamos Marx e Engels ([1845-1846] s.d., p. 20 e ss.) em *A ideologia alemã*, quando afirmam a anterioridade e a primazia da "separação" - em verdade, trata-se de uma distinção didática de um conteúdo integrado - entre campo e cidade, entre "trabalho agrícola" e o "industrial e comercial".

permanência da carência de alimentos para a maioria dos habitantes do campo brasileiro é a insistência na "Reforma Agrária" como expediente de apropriação da terra como meio de trabalho e de vida anteposto ao negócio fundiário como componente da valorização capitalista da terra¹⁷.

Considerando os questionamentos e elaborações de geógrafos (Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2006; Bernardo Mançano Fernandes *apud* in Dafne Melo, 2006), vê-se que a soma entre formação de propriedade por troca mercantil, somada à expulsão de viventes do campo, a promoção de loteamentos com fins de produção agrícola - a colonização - e à regularização fundiária institucional superam a distribuição da terra por reconhecimento da necessidade de assentar, em propriedades que não cumprem sua "função social", quem está disposto ao trabalho agrícola em terra própria sem depender exclusivamente das formas pré-capitalistas ou tipicamente capitalistas de emprego no campo. Em não havendo apropriação positiva - por meio da desapropriação de terras "improdutivas" de produzir gêneros agrícolas no patamar do fator produtivo, cuja definição data de 1976 - assumida pelo próprio Governo Federal de plantão - o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária -, acrescido do crescimento significativo da atividade agrícola puramente mercantil - o "agronegócio" - podemos dizer que a espacialidade brasileira, na particularidade do campo, acompanha o sentido geral de conformação capitalista da formação socioespacial brasileira ao não fazer avançar a Reforma Agrária conforme uma concepção

¹⁷ Várias formações socioespaciais já realizaram, mormente na Europa Ocidental - numa forma mais próxima da realização burguesa da expropriação do campesinato, chamada por Marx ([1890] 1996) de "acumulação primitiva" - e na América - em que os Estados Unidos da América tiveram um processo de formação mercantil burguesa com a anteposição policial do Estado, enquanto no México houve intervenção estatal iniciada em 1920 já na própria distribuição de terras. Uma classificação simplificada se encontra em João Pedro Stédile & Bernardo Mançano Fernandes (1999, p. 157-163).

mais afeita aos que ela reivindicam, sobretudo no aspecto da produtividade social da terra (João Pedro Stédile & Bernardo Mançano Fernandes, 1999, p. 157 e ss.). Para além deste âmbito técnico de tal problemática, Carlos Walter Porto Gonçalves (2006, nota 16, p. 12) considera que “todo o latifúndio contribui para a produção de uma estrutura social injusta”, e assim rechaça a idéia de “latifúndio improdutivo x produtivo” por isto já se encontra na circunscrição ideológica da produção capitalista. Tal posição destoa daquela apresentada por lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras - MST. Ele é explícito ao defender que a desapropriação de terras improdutivas deve contribuir para que “o camponês assentado tenha acesso a capital” (João Pedro Stédile & Bernardo Mançano Fernandes, 1999, p. 161), e assim contribui para avaliarmos em parâmetros e termos mais profundos os limites da produtividade capitalista de uma espacialidade, principalmente quando se pensa numa superação no nível do modo de produção e não só na regulação da formação socioespacial, embora esta implique em fase imprescindível da análise da Geografia.

Tais percalços não demovem o reconhecimento dos contrapontos à valorização do espaço - e da terra - no campo brasileiro, pois observamos que o MST insiste na prevalência do valor de uso sobre o de troca, algo pouco estudado na própria Geografia Brasileira¹⁸. Considerando a própria consciência da

¹⁸ A priorização das práticas de prevalência do valor de uso sobre o de troca é questão por demais polêmica na história das elaborações intelectuais e das práticas pela socialização dos meios de produção e de vida. A fim da discussão sobre a qualidade da espacialidade brasileira na perspectiva de análise da formação de uma hegemonia, interessa-nos aqui observar a dimensão de apropriação concreta transformadora da propriedade privada rumo a uma totalidade com a redistribuição dos meios de vida, inclusive a terra. Se tal fato implica em outra forma que não a da competição capitalista no campo, é importante observar os fundamentos e resultados da “cooperação produtiva” que o MST desenvolve sistematicamente (João Pedro Stédile & Bernardo Mançano Fernandes 1999, p. 95-121).

limitação da luta pela terra no campo, o MST sugere a princípios e objetivos similares de luta pelos meios de vida na cidade (João Pedro Stédile & Bernardo Mançano Fernandes, 1999, p. 126 e ss.), fato que nos impele a considerar que a perspectiva da hegemonia aí já se encontra, ao mesmo tempo que é fundamental perquirir tal questão na dimensão da espacialidade da(s) cidade(s).

Também contra uma concepção de espacialidade - no contexto da(s) cidade(s) - como "máquina produtiva" do capital, os movimentos sociais "urbanos"¹⁹ já pautavam por ocasião da eleição presidencial de 2002 questões e propostas no sentido da (re)distribuição dos meios de vida, traduzidos como elementos constitutivos de uma presença democrática. Um elemento importante para pensarmos a regulação específica das espacialidades "urbanas" brasileiras é o Estatuto da Cidade²⁰, que "estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental" (Cap. I, Artigo 1º). Mais preciso que o artigo

¹⁹ V1 Com relação à concepção de movimentos sociais por aqui burilada, ver nota 3. Quanto ao adjetivo "urbano", o uso mecanicamente associado à espacialidade conhecida como "cidade" - aglomerado de seres humanos denso de ocupação e atividades, qualquer que seja o seu tamanho - não deve encobrir que ele se realiza como qualidade das práticas que (des)envolvem as obras sem o destino alienado como produto e mercadoria; ou seja, a produção está voltada para a humanidade do homem no sentido genérico, sem os constrangimentos da propriedade e suas conseqüências: a escassez, a desigualdade e a competição. "Enfim, o urbano tornar-se-ia o lugar de uma democracia cada vez mais direta, o cidadão-cidadino-usuário participando de maneira cada vez mais próxima de todos os momentos da realização. Do que? De uma vida social diferente: de uma sociedade civil fundada não em abstrações, mas no espaço e no tempo tais como 'vivididos'" (Henri Lefebvre, 1986, p. 10). Podemos dizer que o verdadeiro urbano é a poíesis (Henri Lefebvre, [1965] 1967), a liberdade.

²⁰ Lei Federal - Ordinária, ou seja, de regulamentação e normatização dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e logo abaixo desta na resolução dos conflitos aí prescritos - nº 10.257, de julho de 2001.

mencionado, o 2º (Cap. I) aponta o objetivo da lei em "ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais..." É importante observar aí a escala genérica de consideração do urbano, embora alguns elementos concretos - fundamentalmente a propriedade - podem contribuir para, via precisão das atribuições (Cap. I, Art. 3º), instrumentos (Caps. II e III, Arts. 4º ao 42º), princípios de gestão (Cap. IV, Arts. 43º ao 45º) e "disposições gerais" (Cap. V, Arts. 46º ao 58º), as ações no campo da sociedade política - cidadania representada ou delegada aos governantes dos "poderes republicanos" - que correspondam aos anseios das frações da sociedade civil reivindicativa de condições concretas para uma vida até então representada como mera reprodução da sua força de trabalho. De fato, nas cartilhas e folhetos do Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU)²¹, nos anos de 1990 observa-se a transição das reivindicações particularizadas pela "infra-estrutura urbana" - asfalto, saneamento, transporte coletivo, equipamentos de saúde e educação e similares - para uma perspectiva política sintética, por vezes expressa como "cidadania"²². Numa primeira

²¹ O FNRU surgiu em 1987 em razão mesma de aprovar uma "plataforma da Reforma Urbana" na Constituinte que definiria a Constituição Federal (CF) a ser promulgada - como de fato o foi - em 1988. Como não alcançou nem a legitimidade da Reforma Agrária, ficou para os Projetos de Lei de Iniciativa Popular - que devem ter assinatura de ao menos 1% do eleitorado nacional - e para a regulamentação do Cap. II (Da Política Urbana) do Título VII (da Ordem Econômica e Financeira, sic!) da CF, a depender de aprovação por maioria simples do Congresso Nacional. Os quase 13 anos de demora na definição do Estatuto da Cidade - de outubro de 1988 a julho de 2001 - demonstra a insuficiência do processo legislativo para a superação dos interesses privatistas - mesmo que minoritários no quantitativo eleitoral da formação social brasileira - em torno da terra urbana.

²² Para Jean Rossiaud e Ilse Sheren-Warren (2000, p. 28-9), a cidadania é vista na dinâmica desde a crítica refratária à ordem até algum acordo com o Estado; sua construção "inclui um processo contínuo de mobilização social e de busca de ampliação de direitos que se realiza através de momentos de denúncia, de resistência, de proposta e de negociação".

mirada, as experiências e resultados dos movimentos sociais "urbanos" se expressam de forma íntegra no Estatuto da Cidade e sugerem, por meio da crítica à(s) espacialidade(s) capitalista - mercantil -, não só alguns avanços rumo a condições mais profícuas à socialização dos meios de vida, mas a constituição - por enquanto como potência no nível da participação e representação, ou seja, da alguma presença das frações da sociedade civil no Estado - mesma do *Direito à Cidade* conforme a publicidade do FNRU (FASE & Fórum Nacional da Reforma Urbana, s.d.). Sem a pretensão de esgotar a complexidade da questão urbana e das suas relações vistas como espacialidade específica - mas não setorial ou sistêmica, pois que particular na unidade da formação socioespacial brasileira -, recorreremos à provocação de Henri Lefebvre (1991) quanto à cara expressão grifada acima:

O direito à cidade não pode ser concebido com um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser concebido como formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que o 'urbano', lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua fase morfológica, sua realização prático-sensível (p. 116-117, grifos do autor).

Acompanhando a ênfase quanto ao valor de uso como critério de uma espacialidade mais avançada rumo à emancipação - como realização semelhante à Comuna de Paris -, até então não há notícia de apropriação mais ampla e íntegra do Estatuto da Cidade como nível de colaboração tática - muito menos estratégica - entre as frações demandantes do urbano - na concepção lefebvriana co(r)tejada na nota 17 - e o Estado já demonstrado suficientemente como simbiótico aos interesses privatistas, a compor um sentido mercantil da urbanização-metropolização que se totaliza na formação socioespacial em questão.

À guisa de concluir este tópico, deixamos a pergunta sobre qual o grau da crítica dos movimentos sociais no campo e na cidade brasileiros quanto à espacialidade existente e a possível, uma vez que os termos da transformação social - sobretudo no chamado "campo democrático-popular" - já carregam considerações quanto às qualidades requeridas a uma vida moderna democrática - ver nota 11. Mas o que dizer das possibilidades de superação da tendência capitalista - por meio da produtividade crescente do trabalho social - da formação social, agora acrescida por uma fração significativa do que foi parte crítica da sociedade civil?

GEOGRAFIA E LIBERDADE

Se de um lado já se consideram as elaborações reveladoras da aceleração e transformação do mundo (David Harvey, [1989] 1999; Milton Santos, 2000), a teoria crítica deve explicar a instrumentalização e conseqüente despolitização da(s) espacialidade(s) ao acompanhar o aprofundamento da divisão do trabalho a fim da expansão capitalista. Entre as(os) pensadoras(es) do Brasil, tem sido consenso que a espacialidade sem hegemonia corresponde a uma formação socioespacial sem soberania, o que não quer dizer que um projeto de hegemonia heterônoma implica em soberania nacional - pró-Estados Unidos da América, como se iniciou a partir do governo de JK (1955-1960) e parece avançar com os governantes de turno. Ainda não há expressões de forças sociopolíticas que alterem os rumos apontados pela reestruturação parcial do modo de regulação a partir de 1990, e assim a análise da constituição e instituição do bloco histórico por ora em consolidação é um enfoque necessário ao entendimento da qualidade e papel da espacialidade brasileira atual, e assim à disputa do sentido desta formação socioespacial que não seja o da inércia dos "ventos reinantes".

Contra a perspectiva da simbiose capitalista - Estado + mercado -, em verdade a destituição da fala autêntica da territorialidade que ainda não acompanha sincronicamente a reprodução mercantil, à Geografia requer-se o dissenso interno e externo, mesmo - e sobretudo se - visto como anti-eficiência econômica. Se o nível do território continua como ameaça quando seus agentes propensos a sujeito insistem na sua dimensão política última, a soberania popular, que comecemos por uma análise refinada - sem perder a escala - do ordenamento territorial que até então conforma as espacialidades onde vivemos. Que os esforços até então faiscados no chão desse "mundinho" chamado "Brasil" não sejam engolidos pela quimera da via única. Que a dança dos vivos também cante no passeio sobre as cordas da viola, que o gosto desta jornada não seja o gelo de uma Geografia insípida encerrada na visão de uma geladeira aberta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENSOUR, Miguel. *A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano*. Trad. Cleonice P. B. Mourão, Consuelo F. Santiago & Eunice D. Galéry. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, [1997] 1998.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. No labirinto das colônias. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 17 de maio de 1998, p. 7-8. Mais!

ALFREDO, Anselmo. Uma abordagem sobre a problemática espaço-temporal no capitalismo contemporâneo. *Boletim Mineiro de Geografia*. Belo Horizonte, nº 13, p. 9-39, jul./dez. 2005.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 1ª reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, [1999] 2000.

BENJAMIN, César et al. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de & PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 27-51.

DAMIANI, Amélia Luisa. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. *Terra Livre*, São Paulo, nº 15, p. 21-37, 2000.

FASE - Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional & FNRU. Fórum Nacional da Reforma Urbana. *Conhecendo o Estatuto da Cidade*. S. l., s.d., 16 fs. (Cartilha de Divulgação)

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. *Geografias*. Belo Horizonte, v. 1, nº 1, p. 7-25, jul./dez. 2005.

GRAMSCI, Antonio. Problemas de Filosofia e de História. *Concepção dialética da história*. 4ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1955] 1981. p. 31-63.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 8ª ed. Trad. Adail U. Sobral & Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, [1989] 1999.

LEFEBVRE, Henri. *Direito à cidade*. Trad. Rubens E. Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Trad. Margarida Maria de Andrade & Sérgio Martins (do original *Espace et politique*. Paris: Éditions Anthropos, [1972], inéd., 1ª versão início em fev. 2003.

LEFEBVRE, Henri. *Metafilosofia: prolegômenos*. Trad. Rolando Corbisier. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1965] 1967.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, [1970] 1999.

LEFEBVRE, Henri. *Urbano (O)*. Trad. Margarida Maria de Andrade (Do original *Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne*. Paris: Mesidor; Éditions Sociales, 1986), 10 p.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção do capital. V. II. 15ª ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1890] 1996, p. 828-882.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. V. 1. 4ª ed. Trad. Conceição Jardim & Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença; [São Paulo]: Martins Fontes, [1845-1846] s.d.

MELO, Dafne. Em 2005, mais manipulação dos números. *Brasil de Fato*. São Paulo, Ano 3. n° 151, p. 7, 19 a 25 jan. 2006. Nacional. Reforma Agrária.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (a renovação da geografia no Brasil - 1978-1988). *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente, SP, n° 14, p. 5-39, 1992.

MOREIRA, Ruy. *Espaço corpo do tempo: a invenção geográfica das sociedades*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia / Departamento de Geografia - DG / Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FFLCH / Universidade de São Paulo / USP, 1994.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci desembalsamado: em torno dos abusos do conceito de sociedade civil. *Educação em Foco*. Juiz de Fora, v.5, n° 2, p. 115-130, set. 2000/fev.2001. (Gramsci 100 anos)

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Espaço e tempo: concepção materialista e dialética. In: SANTOS, Milton (org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 66-110.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Governo faz discursos sobre a reforma agrária, mas barra a sua realização. Entrevista concedida a João Alexandre Peschanski. *Brasil de Fato*. São Paulo, Ano 3. nº 148, p. 4-5, 29 de dez. 2005 a 4 de jan. 2006. Nacional. Eternos Latifúndios.

OLIVEIRA, Francisco de. Além da hegemonia, aquém da democracia. In: *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de & PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 55-81.

ROSSIAUD, Jean & SCHERER-WARREN. *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. 3ª reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1988] 1995.

SANTOS, Milton. Os deficientes cívicos. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 24/01/99, p. 3. Opinião, Tendências / Debates.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec; Ed. Da PUC-SP, 1994.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, nº 54, p. 81-99, 1977.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2ª ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton; SEABRA, Odette Carvalho de Lima; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

STÉDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 1999.